

COMISSÃO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
19ª LEGISLATURA**

Dezembro /2019

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

COMISSÃO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL/INTEGRANTES

Titulares

Gustavo Sebba-PSDB
Antônio Gomide (PT)
Helio de Sousa – PSDB
Dr. Antônio – DEM
Rafael Gouveia – DC
Virmondes Cruvinel – PPS
Jeferson Rodrigues – PRB

Suplentes

Lêda Borges – PSDB
Iso Moreira – DEM
Talles Barreto – PSDB
Zé Carapô – DC
Henrique Arantes - PTB
Delegada Adriana Accorsi – PT
Alysson Lima - PRB

1º Arquivo

Goiás. Comissão de Saúde e Promoção Social/ Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Relatório. Comissão de Saúde e Promoção Social
Goiânia: CSPS, 2019

1. Legislação/Regulamentação Regimentar 2. Reuniões Ordinárias/extraordinárias/Cumprimento Regimentar 3. Atividades em campo/ Visitas Técnicas 4. Participação Popular/ Audiências Públicas 5. Fiscalização/ Reuniões com Gestores 6. Promoção Social / Campanhas/Seminários

COMISSÃO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Gustavo Sebba-PSDB
Helio de Sousa – PSDB
Dr. Antônio – DEM
Rafael Gouveia – DC
Virmondes Cruvinel – PPS
Antônio Gomide (PT)
Jeferson Rodrigues – PRB
Lêda Borges – PSDB
Iso Moreira – DEM
Talles Barreto – PSDB
Zé Carapô – DC
Henrique Arantes - PTB
Delegada Adriana Accorsi
Alysson Lima - PRB

AGRADECIMENTOS

Ao longo de 2019, a Comissão de Saúde e Promoção Social contou com a cooperação de diversas pessoas e entidades do setor público e da sociedade civil que contribuíram de inúmeras formas para as atividades dessa Comissão. Dentre outros, para fins de registro e reconhecimento, a Comissão é grata aos deputados que integram este colegiado. Além deles, registre-se agradecimentos aos colaboradores da Secretaria Estadual de Saúde e Secretarias Municipais, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Deputado Lissauer Vieira e Diretores do Legislativo goiano, Conselho Estadual de Saúde, Ministério Público de Goiás, Gestores de Organizações Sociais e Hospitais Filantrópicos, especialmente aqueles visitados pela Comissão, e Imprensa. Com a contribuição de todos, a Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, conseguiu atuar de maneira efetiva e proativa. O fruto desse trabalho está consolidado no presente Relatório.

COMISSÃO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

APRESENTAÇÃO

A Comissão de Saúde e Promoção Social (CSPS) é integrada por quatorze deputados estaduais nomeados pelo Decreto Administrativo nº 2.958 de 19 de fevereiro de 2019. O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, de acordo com suas atribuições legais e atendendo as indicações feitas pelos Líderes dos Partidos com representação na Casa, Resolveu, de conformidade com o disposto no art.16, inciso III, letra “a” c/c os arts. 27 e 29 todos da Resolução nº 1. 218, de 03 de julho de 2007 (Regimento interno), nomear, como se segue, os deputados estaduais para comporem a Comissão de Saúde e Promoção Social.

Os trabalhos da CSPS foram coordenados pelo Presidente da Comissão, Deputado Estadual Gustavo Sebba e desenvolvidos pela CSPS com a colaboração de um diligente conjunto de assessores. Essa equipe de colaboradores foi nomeada por portaria de lotação e publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, segue abaixo a apresentação da equipe.

EQUIPE TÉCNICA:

ASSESSORA: Ana Thereza

ASSESSOR PARLAMENTAR: Daniel Henrique Rodrigues Cardoso

AGENTE LEGISLATIVO: Enilza Marques da Cruz

ASSISTENTE LEGISLATIVO: Jacqueline Nasiazene Lima – Secretária da CSPS

ASSESSORA: Luciana Matias Rodrigues

AGENTE LEGISLATIVO: Marcia Coutinho Rodrigues

ASSESSORA: Patricia Lacerda Marques

ASSESSORA: Marly Silvestre Alves Silva

ASSESSORA PARLAMENTAR: Viviane Souza Fernandes

ÍNDICE

Regulamentação do exercício da comissão de saúde e promoção social	07
Reuniões Ordinárias e Extraordinárias	10
Visitas técnicas/ audiências e reuniões	13
Visita Técnica – Santa Casa de Misericórdia de Catalão	14
Visita Técnica - Hospital Materno Infantil	17
Audiência pública Materno Infantil 09.05.19	24
Visita Técnica Hospital de Geral de Goiânia – 21/05/2019	36
Audiência Pública 28/06/2019	44
Visita Técnica – CSF do Residencial Antônio Carlos Pires – Goiânia	51
Audiência Pública 17/09/2019	62
Visita Técnica no Hospital de Doenças Tropicais – HDT 31/10/19	68
Deputados integrantes - Titulares e Suplentes	76
Mensagem do presidente	80
Bibliografia	82

REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DA COMISSÃO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

As atividades realizadas pela Comissão de Saúde e Promoção Social são inspiradas e aparadas pelo direito positivado na seção II nos Arts. 196 a 198 da Constituição Federal de 1988 que versa da seguinte forma:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade. ”

A Constituição Estadual norteia e versa do modo a seguir:

SUBSEÇÃO II DA SAÚDE

- Vide Lei nº 16140, de 02-10-2007, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 152 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doenças, à prevenção de deficiências e a outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 1º - O direito à saúde pressupõe:

I - condições dignas de trabalho, saneamento básico compatível com necessidades de todos, moradia, alimentação, educação, transporte, lazer, liberdade, renda, segurança individual e coletiva;

II - respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

III - acesso a todas as informações que interessem à sua preservação;

IV - dignidade e qualidade do atendimento;

V - participação de entidades especializadas e comunitárias, na forma da lei, na elaboração de políticas, na definição de estratégias de implementação e controle das atividades com impacto sobre a saúde.

§ 2º - O dever do Estado, garantido por adequada política social e econômica não exclui o do indivíduo, da família, da sociedade e o de instituições e empresas que produzam riscos e danos à saúde do indivíduo e da coletividade.

§ 3º - As ações e serviços de saúde terão sua regulamentação, fiscalização e controle exercidos pelo Estado, na forma da lei, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, por serviços públicos e, complementarmente, por serviços de terceiros.

Além das referidas legislações, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás possui a **RESOLUÇÃO N° 1218, DE 03 DE JULHO DE 2007**. (Publicada no Diário da Assembleia de 08 de agosto de 2007) que institui o **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás**. Tal legislação interna da citada casa de leis, regulamenta a criação e funcionamento da Comissão de Saúde e Promoção Social instituindo tal comissão como permanente e atribuindo à mesma, direitos e obrigações. Segue abaixo a letra da lei:

Seção V

Das Comissões Permanentes e sua Competência

Art. 44. As comissões permanentes são:

I – Executiva;

II – Constituição, Justiça e Redação;

III – Tributação, Finanças e Orçamento;

IV – Educação, Cultura e Esporte;

V – Saúde e Promoção Social;

VI – Serviços e Obras Públicas;

VII – Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia;

VIII – Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

IX – Segurança Pública;

X – Agricultura, Pecuária e Cooperativismo;

XI – Defesa dos Direitos do Consumidor;

XII – Minas e Energia;

XIII – Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa;

XIV – Organização dos Municípios;

XV – Criança e Adolescente;

XVI – Habitação, Reforma Agrária e Urbana;

XVII – Turismo.

PARÁGRAFO ÚNICO. COMPETE ÀS COMISSÕES PERMANENTES, ALÉM DE OUTRAS ATRIBUIÇÕES DEFINIDAS NESTE REGIMENTO:

I – discutir e votar projetos de lei que dispensarem, na forma deste Regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso deferido de um décimo dos membros da Casa;

II – convocar Secretário de Estado ou autoridades equivalentes, bem como dirigentes de entidades da administração descentralizada para prestarem, pessoalmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da convocação, informações sobre assunto previamente determinado, mediante requerimento, nos termos do § 1º do art. 175;

III – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV – receber petições, reclamações, representações de qualquer pessoa, contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas, obras e planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e, sobre eles, emitir parecer;

VII – converter, se considerado necessário, em diligência qualquer proposição, para comprovação de requisitos legais ou juntada de documentos;

VIII – manifestar sobre a organização ou reorganização dos órgãos da Administração Direta ou Indireta relacionada aos seus respectivos campos temáticos ou áreas de atuação.

Art. 45. São os seguintes os campos temáticos, áreas de atuação e competências de cada Comissão Permanente:

V – Comissão de Saúde e Promoção Social:

- a) defesa civil, assistência e educação sanitária, saúde pública, assistência médico-hospitalar, saneamento, higiene, assistência e previdência social;
- b) prevenção de doenças sensoriais e mentais;
- c) promoção do trabalho voluntário e seus benefícios;
- d) integração social do portador de deficiência.

Reuniões (Ordinárias e extraordinárias)

Em cumprimento ao Regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás a Comissão de Saúde e Promoção Social realizou reuniões ordinárias onde foram apresentados e debatidos temas relativos à atividade da CSPA, nas mesmas reuniões foram planejados eventos, visitas, campanhas e apresentados, discutidos e votados processos parlamentares que se relacionam com o campo temático da referida comissão. Seguem, em ordem cronológica, os resumos das Atas de registros das reuniões acima citadas:

Reunião ordinária realizada aos cinco (02) dias do mês de maio do ano de 2019

- Foi realizada a apreciação da matéria dos seguintes processos: processo nº. 2018001502 autora Deputada Delegada Adriana Accorsi, relatora Deputada Lêda Borges; processo nº. 2018001887 autor Deputado Diego Sorgatto, relatora Deputada Lêda Borges; processo nº. 20118003696 autor Deputado Diego Sorgatto, relator Deputado Virmondes Cruvinel; processo nº. 2018003975 autora Deputada Delegada Adriana Accorsi, relator Deputado Virmondes Cruvinel; processo nº. 2018000565 autor ex-Deputado Marlúcio (processo nº 2018000800 autor Deputado Bruno Peixoto apensado ao processo nº. 20018000565), relator Deputado Virmondes Cruvinel; processo nº. 2019000871 autor

Deputado Diego Sorgatto, relator Deputado Henrique Arantes; processo nº. 2018001725 autor Deputado Major Araujo, relator Deputado Zé Carapô, processo de nº 2018002008 de autoria do Deputado Bruno Peixoto e relator Deputado Dr. Antônio

Reunião ordinária realizada aos vinte e um (21) dias do mês de maio do ano de 2019

- Foi realizada a apreciação da matéria dos seguintes processos: processo nº. 2018000799 autor Deputado Bruno Peixoto, relator Deputado Deputado Tales Barreto; processo nº. 2019001049 autora Deputada Delegada Adriana Accorsi, relator Deputado Lucas Calil; processo nº. 2018002855 autor Deputado Bruno Peixoto, relator Deputado Rafael Gouveia; processo nº. 2018002743 autor Deputado Diego Sorgatto, relator Deputado Rafael Gouveia; processo nº. 2018002711 autora Deputada Adriana Accorsi, relator Deputado Rafael Gouvei; processo de nº. 2018002014 (apensado ao processo de nº. 2019000759).

Reunião ordinária realizada aos onze (11) dias do mês de junho do ano de 2019

- Foi realizada a apreciação da matéria dos seguintes processos: processo nº. 201900077 autor Deputado Iso Moreira, relator Deputado Deputado Helio de Sousa; processo nº. 2018004691 de autoria do Deputado Diego Sorgatto, relator Deputado Dr. Antônio

Reunião ordinária realizada aos vinte e sete (27) dias do mês de junho do ano de 2019

- Foi realizada a apreciação da matéria dos seguintes processos: nº. 2019001212 de autoria da Deputada Lêda Borges, relator Deputado Lucas Calil; processo nº. 2019000763 de autoria do Deputado Jeferson Rodrigues, relator Deputado Iso Moreira

- Foi ressaltada a importância das audiências públicas que levantaram e debateram os problemas da saúde pública do Estado de Goiás. O presidente solicitou o apoio dos presentes para a realização de duas audiências públicas, uma com secretários municipais de saúde e outra com representantes de unidades de saúde da capital goiana.

Reunião ordinária realizada aos treze (13) dias do mês de agosto do ano de 2019

- Apreciação da matéria referente aos processos: processo nº. 2019001240 autore Deputado Dr. Antônio, relator Deputado Deputado Helio de Sousa; processo nº. 2017001281 -(2017001803/2017004819 – esses dois processos estão apensados) autor Deputado Carlos Cabral, relator Deputado Zé Carapô; processo nº. 2018005397 autor Deputado Deputado Carlos Cabral , relator Deputado Zé Carapô; processo nº. 2019001097 autor Deputado Delegado Humberto Teófilo, relator Deputado Dr. Antônio; processo nº. 2019001453 autor Deputado Henrique Cesar, relator Deputado Tales Barreto; processo nº. 2019001185 autor Deputado Amilton Filho, relator Deputado Dr. Antônio; processo nº. 2019001473 autor Deputado Rubens Marques, relator Deputado Tales Barreto; processo nº. 2019001522 autor Deputado Bruno Peixoto, relator Deputado Lucas Calil; processo nº. 2019001631 autor Deputado Talles Barreto, relator Deputado Lucas Calil; processo nº. 2019001641 autor Deputado Diogo Sorgatto, relator Deputado Isso Moreira; processo nº.

2019001192 autor Deputado Karlos Cabral, relator Isso Moreira; processo nº. 2019001250 autor Deputado Chico Kgl, relator Helio de Sousa; processo nº 2019001634 autor Deputado Delegado Eduardo Prado, relator Helio de Sousa.

Reunião extraordinária realizada aos vinte e dois (22) dias do mês de agosto do ano de 2019

- Apreciação de matéria dos processos processo nº. 2017001281 autor Deputado Karlos Cabral, relator Deputado Zé Carapô (apensado a esse processo: 2017001803, autor Ex-Deputado Luis Cesar Bueno e processo nº. 2017004819 autor Deputado Bruno Peixoto); processo nº. 2018005581 autor Deputado Bruno Peixoto, relator Deputado Zé Carapô; processo nº. 2019001097 autor Deputado Delegado Humberto Teófilo, relator Deputado Dr. Antônio; processo nº. 2019001240 autor Deputado Dr. Antônio, relator Deputado Helio de Sousa; processo nº. 2019001634 autor Deputado Eduardo Prado, relator Deputado Helio de Sousa; processo nº. 2019001453 autor Deputado Henrique Cesar, relator Deputado Talles Barreto.

Reunião ordinária realizada aos três (03) dias do mês de setembro do ano de 2019

- Apreciação do relatório feito para os processos: processo nº. 2018005397 autor Deputado Karlos Cabral, relator Deputado Deputado Zé Carapô; processo nº. 2019001185 autor Deputado Amilton Filho, relator Deputado Dr. Antônio; processo nº. 2019001473 autor Deputado Rubens Marques, relator Deputado Talles Barreto; processo nº. 2019001631 autor Deputado Talles Barreto, relator Deputado Lucas Calil; e processo nº. 2019001522 autor Deputado Bruno Peixoto, relator Deputado Lucas Calil

Reunião extraordinária realizada aos onze (11) dias do mês de setembro do ano de 2019

- Apresentação de processos e nomeação de relatores: processos: processo nº. 2019002255 autor Deputado Paulo do Trabalho, relator Deputado Helio de Sousa; processo nº. 2019001250 autor Deputado Chico KGL, relator Deputado Helio de Sousa

Reunião ordinária realizada aos dois (02) dia do mês de outubro do ano de 2019

- Apreciou os relatórios feitos para os seguintes processos processo nº. 2019001641 autor Deputado Diego Sorgatto, relator Deputado Iso Moreira e processo nº. 2019001192 outro Deputado Karlos Cabral, relator Deputado Iso Moreira.

Reunião ordinária realizada aos vinte e nove (29) dias do mês de outubro do ano de 2019

- Apreciou o relatório feito para o seguinte processo nº. 2019002384 autor Deputado Paulo Cesar Martins, sendo escolhido para relator o referido processo o Deputado Helio de Sousa.

Reunião Ordinária realizada aos sete (07) dias do mês de novembro de 2019

- Apreciou o relatório feito para o seguinte processo: nº. 2019002384 autor Deputado Paulo Martins e relator Deputado Helio de Sousa.

Reunião Ordinária realizada vinte e oito (28) dias do mês de novembro de 2019, com objetivo de agradecimentos aos deputados da CSPS.

VISITAS TÉCNICAS/ AUDIÊNCIAS E REUNIÕES

A Comissão de Saúde e Promoção Social realizou uma série de eventos no primeiro semestre de 2019; Audiências públicas, visitas técnicas, e reuniões. Alguns eventos foram realizados na Assembleia Legislativa de Goiás e outros foram nas unidades de saúde. Todos os eventos serão expostos a seguir:

COMISSÃO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL FAZ VISITA TÉCNICA NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CATALÃO



No dia 08/04/2019 o Deputado Estadual Gustavo Sebba – PSDB, Presidente da Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, realizou uma visita técnica na Santa Casa de Misericórdia de Catalão. A visita técnica teve o intuito de conferir as reclamações de que a unidade hospitalar, uma das mais importantes da região Sudeste de Goiás, não tem conseguido atender a alta demanda.



A Santa Casa de Misericórdia de Catalão foi fundada no dia 19/01/1949 e inaugurada em 20/08/1959, com um caráter filantrópico e sem fins lucrativos. A fundação da Santa Casa teve como objetivo, criar um hospital que desse atendimento médico hospitalar a uma população estimada de 15.000 habitantes e, principalmente, as pessoas carentes, impossibilitadas de procurar assistência médica em outra cidade.



Na visita técnica, a Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, foi recebida e acompanhada, pelo Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Catalão Dr. Agnaldo Gonçalves Mesquita e pela Gerente Administrativo Sra. Catarina de Fátima Oliveira Silva. Ainda acompanharam o Presidente da CSPS Deputado Gustavo Sebba, assessores da assembleia: Jacqueline Nasiazene Lima – Secretária da CSPS, Repórter – Fernanda Cândido, Cinegrafista – Dione Ferreira dos Santos, assessores: Chefe de Gabinete – Júlio Cesar; Ricardo Nogueira; Fernanda Ferreira Barreto; Jacqueline Custódia da Sival; José Antônio Pereira Júnior e Ailton Z. de Aguiar.

Durante a visita técnica foram relatadas dificuldades para manter a unidade devido à falta de recursos. O atraso nos repasses prejudica principalmente o pronto-socorro”, relatou o Deputado Gustavo Sebba. Ele também afirmou que “a Santa Casa tem boa estrutura e ótimos profissionais, mas, infelizmente, faltam recursos para oferecer atendimento à população. É preciso firmar uma parceria com o Poder Público, seja ele municipal ou estadual”.



Nos próximos dias, a comissão finalizará um relatório técnico da visita, que será apresentado aos demais deputados, a fim de que sejam tomadas providências. Na terça-feira, dia 09/04/19, A Comissão de Saúde e Promoção Social através de seu Presidente Deputado Gustavo Sebba, estará realizando mais uma visita técnica, sendo essa no Hospital Materno Infantil de Goiânia.



Segue abaixo os resumos de Atendimentos, exames, resumos de diárias/por especialidade/convênio:

- **Atendimentos X Exames realizados** – internações: 01/01/19 a 31/03/19
- **Resumo de diárias/ por especialidade/convênio:** 01/01/19 a 31/03/19
- **Atendimentos Ambulatoriais** - 01/01/19 a 31/03/19

Comissão de Saúde realiza visita técnica no Hospital Materno Infantil

Os deputados Gustavo Sebba (PSDB), presidente da Comissão de Saúde e Promoção Social e Coronel Adailton (PP), estiveram na manhã de terça-feira, 9 de Abril de 2019, em visita técnica ao Hospital Materno Infantil (HMI). Na ocasião, os parlamentares puderam verificar as condições e pontuarem as principais demandas junto à Diretoria Regional da unidade.



Os legisladores foram uníssonos ao salientar a qualidade dos profissionais que se dedicam ao atendimento na unidade, no que foram respaldados pela diretora Regional do Instituto Goiano de Humanização (IGH), Rita de Cássia Leal.

Ela relembrou a fala de Sara Gardênia, diretora técnica da unidade. “Sara foi muito feliz ao afirmar que ‘o que segura a estrutura do Materno não são as paredes, são os profissionais que aqui trabalham. Porque a gente está aqui para salvar vidas e a gente vai seguir firme na nossa missão’”, disse.



Demanda de atendimento X estrutura

Gustavo Sebba fez balanço das principais demandas da unidade, que são principalmente, o volume de pacientes, em contrapartida com a falta de espaço físico, capaz de atender esta demanda. “Isto acaba gerando os problemas que temos visto, como crianças aguardando atendimento nos corredores”, avaliou.

Outro ponto observado pelo parlamentar é que a unidade recebe, tanto pacientes graves, quanto aqueles que necessitam de atendimento em casos de menor complexidade.

“Muitos casos poderiam ser atendidos pela assistência básica dos municípios. Isto é um problema crônico no País, e sobrecarrega a unidade”, afirmou Sebba.



Regulação

O parlamentar, ao relembrar o compromisso do Governo Estadual em abrir leitos no Hugol, afirmou que, “se as vagas forem abertas podem, com isto, desafogar o Materno, desde que estas não sejam passadas para o Sistema de Regulação”, apontou.

O deputado tucano disse ainda que a Comissão de Saúde irá fazer um levantamento de todos os dados da unidade, para buscar encaminhamentos junto às autoridades que possam minimizar os problemas do hospital. “Sabemos, por exemplo, que a produtividade da unidade é acima do que seria a meta de trabalho”, informou.

Segundo Sebba, “as unidades internas estão lotadas, sendo que por elas respondem uma mesma equipe de atendimento, o que compromete a qualidade do serviço prestado”. O parlamentar enfatiza ainda que “o hospital tem um quadro de profissionais altamente qualificados, oferece um atendimento humanizado, e tem feito de tudo para atender a demanda que chega nesta unidade”, reiterou.



Gustavo Sebba salientou ainda que o hospital necessita de uma atenção especial por parte do Governo. “Entendo que a situação precisa de uma intervenção urgente, com intuito de regularizar os repasses financeiros, de medicamentos e também que seja reconhecida produtividade dos profissionais”, esclareceu.

Realidade

Segundo Rita de Cássia, a superlotação do Materno Infantil de fato não é só de hoje. “É uma realidade que vivenciamos diuturnamente e vem se agravando ao longo do tempo”, pontuou.

A diretora regional rememora que a discussão sobre a demanda no HMI teve início em 2015, “quando ocorreu um grande estrangulamento no setor de pediatria”. Para a gestora, a situação hoje é semelhante, mas conta com atenuante de perspectivas para solucionar os problemas. “Agora estamos visualizando uma situação em que temos horizontes, com o apoio do secretário de Saúde, do governador Caiado, do MP, do Cremeço e do Conselho Tutelar. Todos entendem qual é a função do hospital”, explicou.

Segundo Rita de Cássia, a resposta vem na forma do compromisso da abertura dos dois leitos de UTI Pediátricas no Hugol e de 43 leitos de enfermaria

pediátrica. Destes, 12 serão cirúrgicos, “o que trará mais eficiência na assistência, dignidade aos nossos usuários, aos pacientes que aqui são assistidos”, apontou.

“Estamos muito felizes com a postura adotada pela atual gestão em reconhecer que a gente precisa de ajuda para desafogar o Hospital Materno Infantil, que hoje é a porta de entrada no Sistema Único de Saúde”, reiterou.



Mais segurança

O deputado Coronel Adailton ressaltou o trabalho da equipe da unidade de saúde. “A humanização com que tratam os pacientes e o trabalho realizado é exemplar, precisamos enaltecer sempre”, avaliou.



Além de pontuar a necessidade de aporte financeiro para o custeio da unidade, o deputado comprometeu-se a trabalhar a fim de oferecer maior segurança aos profissionais que trabalham no HMI. “Me foi colocado pela diretoria do hospital que enfermeiras e médicos já foram agredidos por pacientes e parentes. Diante disso, vou levar o assunto adiante”, considerou.

O parlamentar afirmou que irá levar a demanda da Diretoria do Hospital ao secretário de Segurança Pública, ao Governo do Estado e ao Comando da Polícia Militar, “a quem cabe o policiamento extensivo, de proximidade, para que a polícia esteja à disposição da diretoria e dos servidores deste hospital”, salientou.

Também participaram da visita Márcio Gramosa da Encarnação diretor-geral do HMI, Cláudio Fleury Cavalcante gerente de Operações, Sara Gardênia diretora Técnica do HMI, e Jacqueline Lima e Anair Gomes, respectivamente secretária e assessora da Comissão de Saúde da Alego.

De acordo com levantamento fornecido pelo hospital, diariamente são realizadas cerca de 24 internações. Destas, duas em clínica cirúrgica, 11 em obstetria e 10 em pediatria.

A unidade realiza cerca de 136 atendimentos de urgência e emergência diariamente. Do total, 46 são pronto-socorro da mulher e 90 em pronto-socorro pediátrico. A atividade ambulatorial geral é de, em média 93 por dia, destas 69 são consultas médicas e 24 não médicas.



AUDIÊNCIA PÚBLICA MATERNO INFANTIL

09.05.19

NO DIA 09/05/19 FOI REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O TEMA: SAÚDE PÚBLICA EM GOIÁS: CRISES E OPORTUNIDADES (DISCUTIR O FECHAMENTO DO HOSPITAL MATERNO INFANTIL E SIMILARES A OUTROS QUE POSSAM SER IMPACTADOS DA MESMA FORMA, POR INICIATIVA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIAS, DEPUTADO ESTADUAL GUSTAVO SEBBA)



Fizeram parte da mesa dos trabalhos, além de Gustavo Sebba, o secretário de Estado da Saúde, Ismael Alexandrino Júnior; o deputado Helio de Sousa (PSDB); o superintendente de Regulação da Secretária de Estado da Saúde, Sandro Rodrigues; a diretora técnica do Hospital Materno Infantil, Sara Gardênia; a presidente do Sindisaúde, Flaviana Barbosa; e superintendente de Gestão de Redes de Atenção à Saúde, Silvio José de Queiroz.



COLOCAÇÕES

Ao iniciar o evento, Gustavo Sebba salientou a importância do debate, principalmente em relação à atual situação pela qual passa o Hospital Materno Infantil (HMI), que corre o risco de fechamento, diante da gravidade da situação financeira da unidade.

O deputado Coronel Adailton (PP) foi o primeiro a fazer uso da palavra. Ele frisou a importância da audiência pública. “Os temas saúde e educação são de extrema necessidade para toda a população. Por isso, a importância de serem tratados publicamente”, pontuou o pepebista.



Logo depois, a diretora técnica do Hospital Materno Infantil, Sara Gardênia, falou da situação atual da unidade, que passa por dificuldades financeiras e problemas com superlotação.



“O hospital atravessa dificuldades há algum tempo e a estrutura está bastante comprometida por conta da idade do prédio. A diretoria e os profissionais de saúde dão tudo que podem para conseguir atender a quem procura ajuda na unidade. A superlotação é um problema crônico na unidade, porque não existe outro hospital que faz o mesmo trabalho que o Materno Infantil. Infelizmente, quando os leitos estão ocupados, nós atendemos os pacientes nos leitos de extras e cadeiras, e isso nos expõe para a mídia, que sempre se dá de forma negativa”, explicou.

Presidente da mesa, o deputado Gustavo Sebba perguntou à diretora sobre os problemas financeiros, uma vez que havia atraso no repasse da verba do hospital. Sara Gardênia respondeu que, embora ainda haja débitos da gestão anterior, por conta de atraso de repasse, hoje, o repasse está regularizado. “Tivemos atrasos de repasse na gestão anterior, o que causou problemas com nossos fornecedores, mas hoje está regularizado. Ainda temos um débito, mas o rapasse está regularizado”, informou.



Já o promotor de Justiça de Cidadania e Saúde do Ministério Público de Goiás (MP-GO), Vinícius Jacarandá Maciel, falou de forma especial da situação do Hospital Materno Infantil. Ele reconheceu as dificuldades financeiras da unidade. “Mesmo assim, o Materno Infantil oferece serviços de alta complexidade, UTIs de qualidade, além de cirurgias”, especificou.



O promotor, que tem acompanhado de perto a situação do HMI, defendeu a necessidade de o Estado construir uma segunda unidade, ou ainda regionalizar o serviço prestado.

Quem também se pronunciou durante a audiência foi o superintendente de Regulação da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Sandro Rodrigues, que falou sobre estruturação e regulamentação dos hospitais para atender aos princípios o Sistema Único de Saúde (SUS).

“O que temos visto, desde janeiro, é que o número de leitos de UTI não é ideal para o Estado de Goiás, e não está sendo utilizado da forma certa. O Materno Infantil faz um trabalho único, embora insuficiente, no atendimento aos pacientes de Goiás”, pontuou.

Sobre a demanda do Materno Infantil, o superintendente falou do que pode ser melhorado, quanto à superlotação da unidade. “As pessoas têm a demanda específica do Materno Infantil, quando nem sempre a necessidade é dessa unidade. O que temos que fazer é estruturar a regulação do Estado para que os cidadãos sejam atendidos conforme a maior necessidade”.

O secretário de Saúde do Estado, Ismael Alexandrino Júnior, pontuou três questões como forma de atender às necessidades do setor em Goiás. De acordo com o gestor, o primeiro ponto é a regionalização de fato, para que pacientes do interior tenham acesso à saúde, a fim de diminuir a sobrecarga do Materno Infantil; em segundo, a reestruturação da Regulação, que, para ele, é inadequada e fere a equidade, já que o cidadão do interior não tem acesso, além da falta transparência. E em terceiro lugar, a eficiência operacional e financeira das unidades.



Ismael Alexandrino concordou com a situação de precariedade daquela unidade de saúde. “Ela é inadequada e insuficiente”, afirmou. Mas disse reconhecer a importância do Materno Infantil e defendeu que sejam realizadas ações ponderadas e parcimoniosas. “Mas essas medidas precisam ser de forma razoável. E a interdição não resolve”, disse. Segundo o secretário, o que se espera após a inspeção da unidade é a melhoria do atendimento à população.

INTERDIÇÃO

Sobre o termo de interdição da unidade, o secretário explicou que são exigências apontadas em março de 2018, de um total de 30 que necessitam de correção estrutural e assistencial. “Temos atacado as exigências uma a uma, em parceria com a equipe do Materno Infantil. Do total, 13 já foram resolvidas e as 17 que faltam serão resolvidas dentro do prazo de 15 dias”, assegurou.

“A equipe da Secretaria tem dado apoio e visitado diariamente o Materno Infantil, para auxiliar na solução das exigências”, explicou. O secretário salientou ainda a importância dos profissionais que atuam na unidade. “Eles são o material mais importante que existe lá.”

ALTERNATIVA DE VAGAS

Ismael Alexandrino também apresentou alternativas para solucionar a superlotação da unidade de uma forma mais adequada. Uma delas é a transferência de pacientes para o Hospital de Urgências Dr. Otávio Lage (Hugol). A unidade abriu 60 vagas de enfermagem pediátrica e 20 de UTI.

Outra alternativa em pauta, segundo o secretário de Saúde, é a utilização da sede do Hospital do Servidor, em parceria com o Ipasgo, para que o local receba pacientes do Materno Infantil. E há ainda a opção de ajustes com hospitais privados. Além destas, o gestor defende a construção de uma nova unidade do HMI.

Por fim, o superintendente de Gestão de Redes de Atenção à Saúde do município de Goiânia, Sílvio Queiroz, que representou na audiência pública a titular da pasta, Fátima Mrué, disse que os municípios externaram não concordar com a interdição do HMI.



Segundo Queiroz, a secretária de Saúde entende a dificuldade do Materno Infantil e disse que a Secretaria Municipal tem tomado medidas que vêm contribuir para desafogar a unidade. “A crise do HMI sobrecarregou nossos serviços, principalmente o Cais Campinas, com um aumento de 40% nos atendimentos”, lamentou.

O superintendente informa ainda que a SMS realizou processo de credenciamento para contratação de novos pediatras, mas com baixa adesão. Ele explicou que o município pretende “pulverizar” a pediatria em 24 regionais da Capital. Além disso, informou que a inauguração da Maternidade Oeste está agendada para 24 de outubro. A unidade irá atender em cirurgia cardíaca.

CRÍTICA

Presidente do Sindsaúde, Flaviana Alves afirmou que a entidade vê com preocupação a ameaça de fechamento do HMI, e criticou a gestão feita por organização social. “Já estão há quase seis anos lá e não houve melhora”, salientou. A sindicalista

afirmou ainda ser contrária à mudança do HMI para outro local da cidade. “É uma história de 50 anos. Concordamos que mude, mas provisoriamente. O importante é que seja feita a manutenção adequada daquele prédio.”

Após as colocações iniciais, o deputado Gustavo Sebba abriu espaço para perguntas dos presentes na reunião.



Termina audiência pública promovida pela Comissão de Saúde e Promoção Social da Alego, presidida pelo médico e deputado Gustavo Sebba. Ao final do encontro, Sebba pontuou a boa vontade e intenção do secretário estadual de Saúde, em responder aos questionamentos para continuar a prestar o atendimento.

Conforme o deputado, dentre as soluções para o Hospital Materno Infantil (HMI), “com todos os itens atendidos pela Secretaria Estadual de Saúde”, a Pasta irá procurar a Superintendência Regional do Trabalho a fim de retirar a interdição. E também o pedido a construção de uma segunda unidade hospitalar para suprir as necessidades do atendimento infantil.

Mais uma vez, o parlamentar salientou a importância dos profissionais do HMI para a manutenção da unidade.

A audiência pública aconteceu no Auditório Costa Lima, do Palácio Alfredo Nasser, no dia 09/05/19.



COMISSÃO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL DA ALEGO, PRESIDIDA PELO DEPUTADO ESTADUAL GUSTAVO SEBBA, FEZ VISITA TÉCNICA AO HOSPITAL GERAL DE GOIÂNIA NO DIA 21/05/19. SEBBA CONSTATA QUE UNIDADE MANTÉM A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO.



A Comissão de Saúde e Promoção Social (CSPS) da Assembleia Legislativa de Goiás, presidida pelo deputado Estadual Gustavo Sebba (PSDB), realizou no dia 21/05/19, visita técnica ao Hospital Geral de Goiânia (HGG). O presidente da CSPS avaliou as mudanças desde a última vez em que esteve na unidade. “Estive aqui há dois anos e o que se constata é que esta unidade tem se aperfeiçoado cada vez mais. ”

Deputado Gustavo Sebba lembra que na primeira visita da Comissão, verificou-se que a unidade possuía certificação da ONA, nível 2. "Hoje tem e mantém o nível 3. O que comprova que ela realmente tem o compromisso com a qualidade, com a excelência do

serviço prestado à comunidade e também na expansão, que é o que essa unidade tem feito, com modernização e ampliação”, enfatizou.



EXPANSÃO

“Agora a gente tem visto também que a unidade vai ter que aumentar a produtividade, como metas colocadas pela Secretaria de Estado da Saúde, e nós estamos acompanhando para poder ver como isso vai ser feito”, explicou o presidente da Comissão.



Gustavo Sebba salientou que irá acompanhar o processo para ver como irá ocorrer esse aumento de produtividade. “Queremos saber como vai acontecer essa adequação do hospital.” Ele observou, ainda, que a unidade permanece com a mesma estrutura física, considerada extremamente moderna, ampla e em constante evolução, o que tem feito parte do protocolo dela, de cada vez se aperfeiçoar mais nesse sentido.



Segundo o parlamentar, o aumento da produtividade será acompanhado pela Comissão. O intuito é que com as novas metas a serem atendidas, seja mantida a qualidade no atendimento. “Vamos acompanhar as dificuldades que a unidade possa ter e intermediar o diálogo junto à secretaria de Estado da Saúde, para que ela possa ser produtiva sem perder a principal característica, que é a qualidade do atendimento”, pontuou Sebba.



EXCEÇÃO DE QUALIDADE

"Sempre tenho dito que o HGG é uma exceção no país, não apenas no Estado de Goiás. A qualidade do serviço oferecida aqui é diferenciada dos demais hospitais estaduais, de outras unidades do país, inclusive das unidades particulares", complementou, lembrando que o hospital tem um Centro de Terapia Intensiva cujo padrão talvez nem outras unidades privadas dispõem, englobando a qualidade, do serviço, da equipe e dos equipamentos.

"A gente concorda que a produtividade possa estar ao máximo, que a Secretaria de Saúde possa cobrar o máximo possível desta unidade, desde que não haja uma perda na qualidade deste serviço, que é o que a gente mais preza, por ser um diferencial deste hospital", finalizou.



NOVAS METAS

O 10º aditivo do contrato celebrado entre o Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (Idtech) e a Secretaria de Estado da Saúde para a gestão do HGG estipulou novas metas para esta nova etapa da gestão, que são de produção, diretamente vinculadas à assistência. A explicação é do diretor técnico da unidade, médico Durval Pedroso. “Houve ampliação das metas de atendimento ambulatorial, com aumento das consultas multiprofissionais, consultas médicas e multiprofissionais, bem como a necessidade de um incremento nas cirurgias”, informou o diretor.

“Em função da característica do HGG unidade voltada à cirurgia eletiva de média e alta complexidade, foram compactuadas novas metas para serem atingidas, de forma a garantir ao usuário do SUS, uma maior capacidade de atendimento”, salientou Pedroso.

O diretor técnico destacou ainda que o hospital manteve sua certificação no nível ONA 3, mantém os quesitos de segurança e de atendimento, ou seja, tem produção com qualidade.

PARTICIPAÇÃO DE TODOS

Para o diretor, manter o nível de qualidade que o HGG depende de uma gestão clara, transparente, feita de forma envolvente com todos os colaboradores, que entendem seu papel fundamental dentro desse processo. “Desde a pessoa que está na recepção até o médico mais capacitado da unidade, todos estão inseridos no ciclo de responsabilidade. Quando isso acontece, é fácil de entregar à população. É uma gestão de qualidade, identificação das lideranças, participação dos usuários, na questão da gestão cidadã dentro do hospital. Nós podemos elogiar as equipes, podemos identificar as falhas para poder propor correções, essa é a forma. O segredo é trabalho duro, árduo, com envolvimento de todas as pessoas.”

O HGG passou a ser gerido pelo Idtech em março de 2012. No decorrer destes sete anos, a unidade é reconhecida como referência em atendimento de média e alta complexidade. De acordo com o diretor Administrativo do Hospital, Alessandro Purcino, a meta que era de 700 cirurgias, no mês passado foi ultrapassada com a realização de 707 procedimentos. Pelo ambulatório do HGG passam cerca de 19 mil pacientes por mês.

Purcino salientou ainda que a unidade é reconhecida pelo Ministério da Saúde (MS) e pelo Ministério da Educação (MEC) como hospital de ensino.





PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, O DEPUTADO ESTADUAL GUSTAVO SEBBA PROMOVEU NO DIA 28/06/19, AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULAÇÃO DE VAGAS NA SAÚDE PÚBLICA NO ESTADO.



O presidente da Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, deputado Estadual Gustavo Sebba (PSDB), promoveu, na manhã do dia 28/06/19, no auditório Costa Lima da Casa, uma audiência pública com o tema: 'Regulação das Vagas no Sistema de Saúde Pública: Estado X Municípios'. O parlamentar defende que a regulação dos leitos e vagas em hospitais públicos estaduais e particulares conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) seja feita pelo Governo do Estado.

Para o Deputado Gustavo Sebba, mudança vai melhorar a gestão das vagas e agilizar o atendimento da população. “Essa mudança pode significar um avanço considerável para a saúde no nosso Estado e de todos os municípios goianos. Vai democratizar o acesso às vagas, dar celeridade, dar mais transparência para esse controle dessa regulação.”



Sebba defende ser preciso ampliar os mecanismos de controle e de integração, criando assim uma rede estadual de regulação. “Cada município vai encaminhar as suas solicitações de vagas para uma central de vagas do estado com mais transparência e acompanhamento de todos os órgãos de transparência. O Estado tem uma capacidade maior em definir a destinação dessas vagas, por conhecer melhor sua rede, e tudo isso vai resultar em melhoria de qualidade de atendimento”, justificou.

Outro argumento de Gustavo Sebba diz respeito à concentração da regulação das vagas e leitos nas mãos da Prefeitura de Goiânia. Ele acredita que a descentralização pode resultar numa melhor prestação de serviço à população, especialmente em relação a atendimentos de média e alta complexidade na rede pública e conveniada de saúde. “O município de Goiânia tem dificuldade em gerir as vagas. A regulação de Goiânia já foi alvo de diversas denúncias de fraudes e supostas irregularidades, inclusive o escândalo envolvendo a operação SOS Samu, deflagrada pelo Ministério Público do Estado de Goiás em 2016”, lembrou.

Propostas

Na audiência pública foram debatidos todos problemas que dificultam a gestão das vagas e dos leitos hospitalares e apresentadas propostas de melhorias, tendo em vista a descentralização ou regionalização da regulação, como uma das soluções. Segundo Gustavo Sebba, após a discussão sobre o tema a ideia é encontrar formas legais de promover as alterações. “Estou conversando com a Procuradoria da Assembleia para saber se posso apresentar projeto de lei propondo essa mudança. Se não for possível, vamos

pedir, juntamente com todos os atores envolvidos, para que o Governo do Estado tome essa iniciativa”, defendeu.

Estiveram presentes ao debate inúmeros representantes de órgãos públicos ligados ao tema e da sociedade civil organizada, dentre eles: o secretário de Estado da Saúde, Ismael Alexandrino Júnior; a promotora de justiça, Karina D’ Abruzzo; o presidente do Conselho Estadual de Saúde, Venerando Lemes de Jesus; a vice-presidente do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde, Jackeline Rocha; e o prefeito do município de Cristianópolis, Jairo Gomes Pereira. Os deputados Coronel Adailton (PP), Helio de Sousa (PSDB), Wilde Cambão (PSD) e Antônio Gomide (PT) também participaram do evento. Ainda participaram: mais de cinquenta (50) municípios entre prefeitos, vereadores, gestores dos distritos de Goiânia e dos municípios de Goiás, servidores da área da saúde estadual, municipal e federal e conselho municipal e estadual de saúde, entre outros.



Municípios

Durante a participação dos demais convidados para a audiência, por várias vezes foi levantada a necessidade de se ouvir as demandas dos municípios antes de alguma atitude referente à transferência para o Estado da regulação das vagas. Para a gerente de Vigilância Sanitária de Serviços de Saúde, Andréa Maria Peixoto Fael, Estado e municípios devem agir em conjunto para que seja possível entregar à população um serviço de excelência.

Ela destacou que o paciente tem que ser o tema central de qualquer debate sobre este assunto e que regulação deve ser pensada levando em conta o objeto principal, que são

as pessoas, e não somente o sistema em si. “Para que consigamos ofertar numericamente quantitativos que a população precisa, precisamos antes saber da realidade. Em um segundo momento, depois deste estudo feito é que poderíamos passar para uma discussão sobre regulação. O foco principal não é quem detém o mando regulatório e sim o atendimento ao paciente, pois este não pode mais esperar.”

O secretário de Estado da Saúde, Ismael Alexandrino Júnior, disse que as práticas de gestão, hoje utilizadas, não atendem os princípios do SUS e que ao invés de prover acesso, acaba restringindo a utilização por parte de maioria dos municípios. “O paciente que quer ser atendido precisa de acesso, se ele precisar falar que é de outro município, ele vai falar, e isso não é culpa dele. A fila sempre vai existir, por isso é preciso administrar bem enxergar os erros históricos e como os pacientes sofrem diariamente”, afirmou o secretário.



O superintendente de Acesso a Serviços Hospitalares e Ambulatoriais, Sandro Rogério Rodrigues, entende que regulação não é o problema, mas sim um dispositivo que existe no SUS para facilitar o acesso do cidadão ao serviço de saúde. Ele defendeu a regionalização dos atendimentos e a divisão dos mesmos em escala de complexidade. “O Estado teria o papel de lidar com as situações de média e alta complexidade e os municípios trabalhariam com a atenção primária”, apontou.

Para ele a regionalização tem que ser vista conforme as necessidades das pessoas e não burocraticamente de forma a privilegiar determinadas regiões. “A regionalização é uma forma global de serviços e não especificamente uma questão apenas de delimitação

territorial. A territorialidade faz parte do processo, mas a regionalização de alguns serviços pode e deve ser discutida no âmbito estadual para a melhoria de todo o sistema”, apontou.

A promotora de Justiça Karina D'Abruzzo destacou que para trabalhar neste sistema é preciso enxergar o paciente de forma global, na tentativa de auxiliar o promotor de Justiça. Segundo ela, a ação judicial não cria leitos, e a regulação é que seria um instrumental, se bem exercido, fundamental para a operacionalização do Sistema Único de Saúde.

A vice-presidente do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde, Jackeline Rocha, disse que o processo de construção de um novo modelo deve ser feito de forma participativa e ouvindo as demandas dos municípios. A gestora destacou que o sistema de regulação funcionar bem é apenas parte de uma situação muito mais complexa. “Acredito que antes de se debater quem vai regular, é necessário identificar os vazios que existem no sistema. Dentro dos próprios municípios podemos identificar muitas diferenças entre os cidadãos, quem dirá se analisarmos isso no âmbito estadual”, alertou.

O deputado Coronel Adailton (PP) afirmou que o tema está sendo bem discutido que é preciso tomar decisões para que os pacientes sejam beneficiados. “Esse debate tem grande importância para a população. Não podemos perder a oportunidade de melhorar a saúde.”



Já o deputado Antônio Gomide (PT), disse que no Brasil há atualmente uma PEC que congela os gastos com a saúde, e que é também necessário falar sobre isso. “É necessário ainda, antes de qualquer decisão, ter transparência e entender qual é o projeto de saúde para o Estado e para as regiões que o Governo propõe.”



O deputado Helio de Sousa (PSDB), um dos últimos dos componentes da mesa a participar, destacou que o que se discute na oportunidade é um assunto polêmico e referente ao Sistema Único de Saúde (SUS), filho da Constituição de 1988, portanto com 30 anos de existência.

O deputado — médico e ex-secretário estadual de Saúde — disse que há muito o que se comemorar sobre o SUS desde seu surgimento, mas que também chegou a hora de promover algumas mudanças. “E essas mudanças devem acontecer dentro daquilo que o ordenamento jurídico permite, seja nos municípios, no Estado ou no Congresso Nacional”, destacou.



Helio de Sousa apontou que é apenas retórica o que diz a Constituição, onde aponta que Saúde é um direito de todos e obrigação do Estado. “O Estado não dá conta porque o Estado somos nós. Então quem tem dinheiro procura um plano de saúde privado, porque sabe que dentro do que temos hoje, e pelos altos valores de custeio, impossível ser bem atendido na saúde pública. ”

O Presidente da Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, deputado estadual Gustavo Sebba (PSDB), declarou encerrada a audiência pública sobre a Regulação das Vagas no Sistema de Saúde Pública: Estado X Municípios. O evento foi realizado no auditório Costa Lima da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, com a participação da população e autoridades.

Comissão de Saúde e Promoção Social da ALEGO faz visita ao CSF do Residencial Antônio Carlos Pires - Goiânia



Presidente da CSPA Deputado Estadual Gustavo Sebba comandou vistoria à unidade no residencial Antônio Carlos Pires, na região norte de Goiânia, no dia 13/08/19. Vários problemas foram detectados e a secretaria de saúde de Goiânia será informada deles.

A Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realizou na manhã do dia 13/08/19, visita técnica, juntamente com o vereador de Goiânia Sargento Novandir-PODEMOS, ao Centro de Saúde da Família (CSF), instalado no Residencial Antônio Carlos Pires, situado na região Norte de Goiânia, saída para Nova Veneza. A unidade atende moradores do bairro que lhe dá o nome, e do setor Orlando de Moraes, o que somado resulta em uma população total de cerca de 1.800 famílias.

O deputado Gustavo Sebba (PSDB), presidente do colegiado, esteve no local com o vereador por Goiânia Sargento Novandir (Podemos), em atendimento à solicitação do

parlamentar municipal para que a comissão da Alego fosse conhecer a realidade da unidade de saúde.

Os dois parlamentares puderam ver algumas demandas que a população tem solicitado para o CSF. “Visitamos a unidade, conhecemos os profissionais, extremamente capacitados que aqui trabalham, e junto com o vereador, vamos formular algumas propostas de melhoria e parcerias para levar à Secretaria Municipal de Saúde”, pontuou Gustavo.



REGISTRO DE PONTO

Dentre os temas abordados durante a visita, e que tem sido apontado como fator que tem prejudicado as visitas dos agentes de saúde às famílias, é o fato de precisarem registrar ponto quatro vezes ao dia. “Muitas vezes eles saem dessa unidade, se deslocam três ou quatro quilômetros para visitar as famílias e precisam acelerar para retornar à unidade, bater o ponto da hora do almoço”, pontuou Gustavo, acrescentando que, na sequência, os agentes de saúde seguem para almoçar em casa. “Em uma hora precisam voltar para registrar o ponto novamente, e sair para fazer novas visitas”.



Segundo Gustavo Sebba, os agentes de saúde relataram que a necessidade de registrar o ponto tem prejudicado a produtividade. A fim de buscar solução para a demanda, o deputado informou que irá procurar a secretária municipal de Saúde, Fátima Mrué, a fim de encontrar uma solução para a dificuldade dos profissionais.

MELHORIAS

O presidente da comissão salientou ainda que a unidade funciona, mas precisa de alguns ajustes. “Temos aqui uma estrutura capaz de receber vacinas e proporcionar esse atendimento à população”, disse.

De acordo com Gustavo, a unidade é, inclusive, dotada de uma câmara de resfriamento, equipamento caro e que está subutilizado por falta de um profissional capacitado para poder realizar esse serviço. “Portanto, vamos solicitar ao município a disponibilização de um profissional”.

Para o deputado, disponibilizar o serviço na unidade é importante, principalmente por se tratar de uma região com um número elevado de moradores.

SERVIÇO ODONTOLÓGICO

Outra demanda apresentada à comissão é a necessidade do serviço odontológico. Gustavo disse que não há na unidade um profissional da área para atender à população. Gustavo observou que a unidade possui espaço físico necessário para a instalação dos equipamentos odontológicos e de um profissional.



Ao finalizar, o parlamentar tucano reiterou que as demandas serão apontadas no relatório da comissão, a fim de que sejam encontradas soluções, e ainda, para solicitar as melhorias, propor parcerias e ver, também, como o Legislativo goiano poderá contribuir.

Ao encerrar a visita técnica, o vereador Sargento Novandir salientou saber que apesar de apresentar alguns pontos positivos, é necessário buscar melhorias para os

moradores da região. Para tanto, o vereador afirmou que irá falar com a secretária Mrué na quarta-feira, a fim de levar as demandas ao seu conhecimento.



O Sargento ainda apontou que apesar das dificuldades, outros CSF apresentam ainda mais problemas. “Aqui, felizmente tem médicos. O atendimento está sendo de boa qualidade, e acreditamos que com a reunião com a secretária, iremos conseguir melhorar mais ainda”, enunciou.



RECURSOS HUMANOS

O diretor do Centro, Weder Vieira, explicou que a maior dificuldade da unidade é com recursos humanos. Ele admite que é um problema enfrentado por muitas unidades da Capital, mas lembrou que há uma Sala de Vacina, entretanto, o atendimento precisa ser feito por uma pessoa especializada.



Weder explicou ainda a diferença que existe entre uma unidade básica de saúde, como é o CSF, do que é um Cais. O gestor salientou a importância da visita da comissão para verificar in loco a real situação da unidade e dos serviços oferecidos.



Presidente da Associação dos Moradores, Claudimar Pereira da Silva afirmou que a visita da comissão representa uma resposta positiva ao trabalho realizado pela entidade. Além das demandas averiguadas pelo presidente do colegiado, ele ainda apontou a necessidade de reabertura da farmácia local e reclamou da demora para a liberação do chequinho, documento que autoriza a realização de exames e procedimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A agente de saúde Keilla Rodrigues Pinto relatou as dificuldades enfrentadas pela unidade, condizentes com o levantamento realizado pela comissão. A profissional pontuou ainda como é feito o trabalho junto à população local, e que para melhor atendimento, a unidade já trabalha com parcerias com profissionais de nutrição, psicologia e assistência social.

Keilla ressaltou ainda que o CSF realiza atendimento preferencial porque conta com um número grande de pacientes hipertensos, diabéticos, gestantes e crianças. “Não deixamos que nenhum paciente saia daqui sem ser visto pelo médico”, disse.

Para atender ao restante da população local, a unidade oferece o serviço para o público geral durante dois dias na semana. A unidade conta com 17 profissionais, desses, duas equipes formadas por um médico, uma enfermeira e um técnico, em cada uma delas.



A COMISSÃO

Como membros titulares da Comissão de Saúde e Promoção Social da Alego estão os deputados Antônio Gomide (PT), na vice-presidência, e Dr. Antonio (DEM), Helio de Sousa (PSDB), Jeferson Rodrigues (PRB), Rafael Gouveia (DC) e Virmondos Cruvinel (Cidadania). Na suplência estão os parlamentares Delegada Adriana Accorsi (PT), Henrique Arantes (PTB), Iso Moreira (DEM), Lêda Borges (PSDB), Lucas Calil (PSD), Talles Barreto (PSDB) e Zé Carapô (DC).





DEPUTADO ESTADUAL GUSTAVO SEBBA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL DA ALEGO, REALIZOU AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OS TRABALHADORES DE ENFERMAGEM DO HUGO NO DIA 17/09/19.



A Comissão de Saúde e Promoção Social, presidida pelo deputado Gustavo Gustavo Sebba (PSDB), ouviu, na tarde do dia 17.09.19, no Auditório da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, enfermeiros, técnicos em enfermagem e representantes da classe dos trabalhadores na saúde do estado de Goiás sobre a transição da organização social (OS) no Hospital de Urgência de Goiânia (Hugo). Os trabalhadores temem demissões em massa, redução de salário e o aumento da carga horária além de cobrarem mais transparência sobre a troca de OS que está prevista para o dia 1º de outubro. A reunião convocou uma assembleia na sexta-feira, 20/09/19, onde será deliberado sobre uma paralisação dos trabalhadores na unidade de saúde.

O presidente da comissão, deputado Gustavo Sebba, salientou que a decisão a ser tomada pelos médicos e enfermeiros do Hospital de Urgência de Goiânia será reiterada e respeitada pela Casa. “Essa comissão está aqui para ouvi-los e orientar, no que for possível, para que a situação seja normalizada”, comentou.



Gustavo Sebba, que também é médico, criticou a atuação do governo estadual em áreas prioritárias como a Saúde e a Educação. “Na semana passada, esta Casa votou um projeto que retirou 2% das nossas crianças. O orçamento da Educação que era de 25% mais 2% da Universidade Estadual de Goiás (UEG), passou a ser 25% para os dois. Isso representa uma perda de milhões de reais para a Educação”, criticou.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores (as) do Sistema Único de Saúde no Estado de Goiás (Sindsaúde/GO), Flaviana Alves, afirmou que representantes dos trabalhadores do Hugo se reuniram com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas) na manhã desta terça-feira, 17. “O governador foi eleito para resolver o problema. Não se resolve o problema na saúde colocando o ônus nas costas do trabalhador e, muito menos nas costas do cidadão que paga os seus impostos”, afirmou.

A carga horária dos enfermeiros e técnicos em enfermagem é de 12 horas trabalhadas e 48 de descanso. Os trabalhadores afirmam que além do aumento desta carga horária para 12 horas trabalhadas e 24 de descanso a nova OS que administrará o Hugo pretende reduzir os salários da classe. “Isso é um absurdo e intransponível. É preciso mais transparência nessa transição e mais segurança para o trabalhador”, explicou a presidente do Sindsaúde.



Participaram da audiência pública a presidente do Sindicato dos Trabalhadores (as) do Sistema Único de Saúde no Estado de Goiás (Sindsaúde/GO), Flaviana Alves, o diretor do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), Ricardo Furtado, a presidente do Sindicato dos Médicos no Estado de Goiás (Simego) Dr. Francine Leão, Wesley Franco, jurídico do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Goiás e representante do Hugo, Gersica Sampaio.



Nova administração do Hugo

A Organização Social (OS) Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa e Tecnologia Inovação na Gestão Pública (INTS) foi a vencedora do processo de chamamento público do Governo de Goiás, para assumir a gestão do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo).

A INTS substituirá a OS Instituto Haver, que assumiu, em caráter de urgência, a administração do Instituto Gerir, após o Instituto Gerir alegar dificuldades financeiras e solicitar a rescisão do contrato com a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.





VISITA TECNICA NO HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS – HDT

31/10/19



O presidente da Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa, deputado estadual Gustavo Sebba (PSDB), realizou uma visita técnica, no dia 31 de outubro do corrente ano, ao Hospital de Doenças Tropicais (HDT), com o objetivo de averiguar a situação de funcionamento daquela unidade de saúde, quanto ao atendimento à população, além de ouvir médicos sobre a situação funcional.

Ao chegar à unidade, o deputado foi recebido pelo diretor-geral, Roger Moreira, e pela diretora técnica Letícia Aires. Em seguida, foi realizada uma reunião com médicos da unidade, da qual participaram: Fernando Lemes de Jesus (Assessor Especial do Secretário de Saúde, Ismael Alexandrino); Dra Beatriz Alves; Dra. Mariana Tassara; Ledice Inácia (Supervisora de Pesquisa); e Marília Turchi (Diretora de Ensino e Pesquisa).



Roger Moreira expôs a Sebba que faltam alguns equipamentos importantes para o hospital, como tomógrafo, broncoscópico, endoscópico e colonoscópico. Ele também falou a respeito da regulação das vagas, informando que muitas vezes deixa alguns setores do HDT com vagas ociosas, como a pediatria, por exemplo.



“A Comissão de Saúde tem o papel de fiscalizar o Governo, no que tange a questão da saúde. Tenho um carinho especial por este hospital, já que fiz minha residência médica nessa unidade. Sei da importância que ele tem para com o povo goiano”, destacou Gustavo Sebba. Para ele, alguns dos problemas constatados no HDT podem ser resolvidos pela Secretaria de Saúde, de forma simples. “Este hospital é uma referência não apenas em Goiás, mas no País. Infelizmente, ele passa por algumas dificuldades de estrutura e de ordem financeira. O Governo tem que olhar melhor para o HDT, porque ele tem uma capacidade muito grande e tem como produzir mais do que já produz”, analisou o parlamentar.



O diretor do HDT disse esperar que a Comissão de Saúde da Alego trabalhe em conjunto com a Secretaria de Saúde, para que mais recursos sejam carreados ao hospital, para o pagamento de uma dívida estimada em R\$ 20 milhões.



“Tivemos uma boa reunião com o deputado, para que trabalhemos junto com a Secretaria da Saúde, no sentido de destinar recursos do hospital”, pontuou Roger Moreira.



Ele confirmou que há uma baixa demanda na área de pediatria e defendeu a ampliação dos serviços para que o HDT possa receber mais pacientes. Após a reunião, Gustavo Sebba visitou as dependências do hospital.



A Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás visitou: sala de emergência; laboratório; consultórios; dermatologia; pediatria; atendimento tuberculose; UTI – pediátrica e brinquedoteca.





O HDT

O Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT), desde julho de 2012, é gerido pela organização social Instituto Sócrates Guanaes (ISG). A unidade é referência no atendimento eletivo e de emergência de média e alta complexidade em infectologia e dermatologia sanitária, para doenças infecciosas e dermatológicas como HIV/Aids, tuberculose, meningite, hepatite, tétano, acidentes ofídicos, entre outros.

Foi fundado em 1977, em virtude de uma epidemia de doenças meningocócicas em Goiás, no período de 1972 a 1976, e possui a certificação da Organização Nacional de Acreditação (ONA).

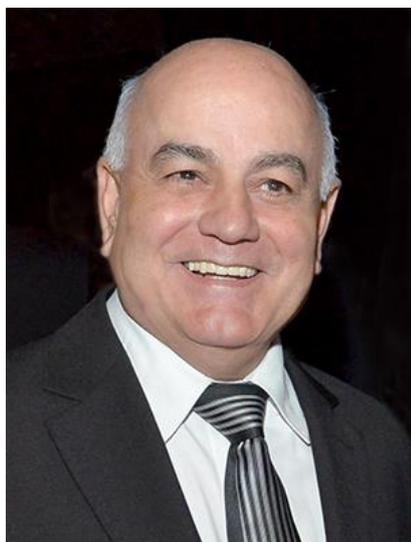


DEPUTADOS QUE INTEGRAM A COMISSÃO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL (TITULARES E SUPLENTE)

TITULARES



DEPUTADO GUSTAVO SEBBA – PSDB



DEPUTADO HELIO DE SOUSA – PSDB



DEPUTADO DR. ANTÔNIO – DEM



DEPUTADO RAFAEL GOUVEIA-DC



DEPUTADO VIRMONDES CRUVINEL – PPS



DEPUTADO ANTÔNIO GOMIDE – PT



DEPUTADO JEFERSON RODRIGUES – PRB

SUPLENTE



DEPUTADA LEDA BORGES – PSDB



DEPUTADO ISSO MOREIRA – DEM



DEPUTADO TALLES BARRETO - PSDB



DEPUTADO ZÉ CARAPÔ - DC



DEPUTADO HENRIQUE ARANTES – PTB



DEPUTADA DELEGADA ADRIANA ACCORSI



DEPUTADO ALYSSON LIMA – PRB

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2019, vivemos um ano muito produtivo e proveitoso na Comissão de Saúde e Promoção Social. Ao longo de 12 meses, conseguimos empreender 08 ações, com audiências públicas para mapear as dificuldades do sistema de saúde do nosso estado, visitas técnicas e reuniões. Por isso, fazemos um balanço positivo do trabalho da Comissão, haja vista ter sido possível visitar, avaliar, conhecer e detectar as principais necessidades, déficits e avanços do sistema público de saúde em Goiás, o que permitiu que propuséssemos mudanças para suprir e amenizar os gargalos e manter e expandir as ações que estão dando certo.

As crises política e econômica têm afetado as condições de desenvolvimento da saúde pública, mas estivemos atentos para que tanto o Governo Federal quanto o Estadual não se omitissem no financiamento da saúde pública. A demanda só aumenta e os recursos estão cada vez mais escassos, as tabelas de pagamento dos repasses de prestadores do Sistema Único de Saúde está muito defasada, mas é preciso haver comprometimento orçamentário para que não seja posta em risco a vida das pessoas.

Estamos cientes das condições econômicas do estado, mas o momento de crise serve também para que se reinvente e encontre soluções eficazes e criativas para os problemas existentes. Utilizamos esse ideal para elaborar projetos de lei que não oneram os cofres públicos e melhorem as condições de vida dos goianos. Da mesma forma, intensificamos os trabalhos de fiscalização para que os recursos sejam melhor aplicados pelo Poder Executivo.

Vamos continuar nosso trabalho à frente da Comissão de Saúde e Promoção Social renovando sempre nosso compromisso diário com o bem mais precioso que temos: a vida.

Deputado Estadual Gustavo Sebba

Presidente da Comissão de Saúde e Promoção Social



Bibliografia

Constituição Federal de 1988

Constituição Estadual

Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

Dados dos Arquivos Administrativos do Hospital Materno Infantil

Dados dos Arquivos Administrativos do Hospital Alberto Rassi-HGG

Relatório feito pela Secretaria de Saúde de Estado ao Hospital Materno Infantil -
HMI

<http://al.go.leg.br/>



O que vale na vida não
é o ponto de partida e
sim a caminhada.
Caminhando e
semeando, no fim
terás o que colher.

Cora Coralina

 PENSADOR